"MAIS DE CEM JORNALISTAS FORAM AGREDIDOS NOS ÚLTIMOS SEIS ANOS": UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A CENSURA EM MOÇAMBIQUE

"MORE THAN A HUNDRED JOURNALISTS HAVE BEEN ATTACKED IN THE LAST SIX YEARS": A CRITICAL ANALYSIS OF CENSORSHIP IN MOZAMBIQUE

Júnior RAFAEL[1]
Aline Roes DALMOLIN[2]
Universidade Federal de Santa Maria | Brasil

Resumo
A censura à liberdade de imprensa em Moçambique tem sido um problema crescente. Nos últimos seis anos, mais de cem jornalistas foram agredidos, ameaçados, intimados, criminalizados e silenciados, ou mesmo tiveram roubados seus instrumentos de trabalho. O artigo faz uma análise crítica da censura no país, interpelando as principais figuras que levam à repressão da imprensa, as implicações sociais, políticas e econômicas dessa censura, para além da forma como os jornalistas têm se posicionado às pressões. A análise também explora o papel da legislação moçambicana e internacional na proteção da liberdade de expressão e a fragilidade das instituições democráticas no país em garantir um ambiente seguro para o jornalismo independente.

Palavras-chave
Jornalismo, Censura, liberdade de imprensa, Moçambique, repressão, democracia.

Abstract
Censorship of press freedom in Mozambique has been a growing problem where, in the last six years, more than one hundred journalists have been attacked, threatened, subpoenaed, criminalized, and their work instruments stolen or silenced. This article critically analyzes censorship in the country, questioning the main figures who led to the repression of the press, the social, political, and economic implications of this censorship, and how journalists have positioned themselves in the face of pressure. The analysis also explores the role of Mozambican and international legislation in protecting freedom of expression and the fragility of democratic institutions in the country in guaranteeing a safe environment for independent journalism.

Keywords
Journalism; Censorship; Press freedom; Mozambique, Repression; Democracy.

RECEBIDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2024
ACEITO EM 13 DE DEZEMBRO DE 2024

EIXO TEMÁTICO

[1] Mestrando em Comunicação no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Email: juniorrafaelrafael92@gmail.com.
[2] Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Possui estágio pós-doutoral na Universidad Nacional de Rosario (UNR) e na UFSM, e foi professora visitante na Södertörn University (Suécia). E-mail: aline.dalmolin@ufsm.br.

Introdução

A liberdade de imprensa é um dos pilares necessários e indeclináveis de qualquer democracia. Em Moçambique, apesar disso, essa liberdade tem sido cada vez mais atacada nos últimos anos. Como asseguram os relatórios de organizações de direitos humanos, mais de cem jornalistas foram agredidos, notificados ou até sequestrados entre 2018 e 2023. Esta situação sugere uma tendência apavorante de censura e repressão da liberdade de expressão no país, colocando em causa o papel essencial da imprensa como mediadora entre o governo e a sociedade civil.

A importância de uma imprensa livre para a promoção de sociedades democráticas é amplamente reconhecida (Silva, 2021). Não obstante, em países com democracias fracas, como é o caso de Moçambique, essa liberdade encontra diversos obstáculos, incluindo ameaças físicas, censura e legislação opressora.

Este artigo, se foca na análise crítica sobre as práticas de censura em Moçambique, com ênfase nos últimos seis anos, quando houve um aumento considerável na violência contra jornalistas. Analisaremos duas reportagens veiculadas pela Soico TV, um canal televisivo moçambicano. O primeiro vídeo tem como título "Mais de cem jornalistas foram agredidos nos últimos seis anos" (Soico TV, 2024a). E o segundo, "Câmera da STV de volta com imagens reveladoras" (Soico TV 2024b). Ambos os vídeos foram veiculados em junho de 2024.

A análise busca apontar elementos que demonstram a existência de censura e práticas nocivas às atividades jornalísticas no país. Com isso, deixamos ao ar uma pergunta: como assegurar a integridade física dos

jornalistas e a promoção de leis que protejam a classe num país onde o regime é totalitário?

Contexto histórico da censura em Moçambique

A censura em Moçambique tem raízes históricas profundas. Durante o período colonial português, os meios de comunicação eram fortemente controlados e serviam aos interesses do regime. Com a independência em 1975 e a subsequente adoção de um regime socialista de partido único sob a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o Estado continuou a manter um rígido controle sobre a imprensa (Castelo, 2019).

A abertura democrática que se seguiu ao Acordo Geral de Paz de 1992, que pôs fim à guerra civil moçambicana e trouxe a promessa de maior liberdade de expressão. Contudo, apesar dos avanços iniciais, a imprensa continuou a ser alvo de restrições, especialmente nos momentos de instabilidade política e econômica (Mendes, 2020). Nos últimos seis anos, o contexto político em Moçambique se deteriorou com o aumento de conflitos internos, corrupção e a insurgência jihadista em Cabo Delgado, fatores que coincidem com o recrudescimento da censura e da violência contra jornalistas.

Com a FRELIMO, esperou-se uma nova atitude para os moçambicanos se alegrarem com a conquista de sua independência e adquirirem a liberdade de imprensa e de expressão assim como o acesso à internet sem muitas dificuldades. Entretanto, não é isso que se notabiliza aos dias hodiernos. Chichava e Pohlmann (2009, p.127) sustentam que

> Uma das primeiras medidas tomadas pela FRELIMO logo após assumir o poder, a 25 de Junho de 1975, foi controlar a imprensa. Num contexto em que acabava de se sair de uma guerra contra o colonialismo, na qual certa imprensa, sobretudo a mais importante (Notícias de Lourenço Marques e Notícias da Beira, Tempo, Diário de Moçambique, Voz Africana, só para citar alguns exemplos), era

> controlada por grandes capitalistas hostis à Frelimo e próximos ao poder colonial, o controlo da imprensa era visto como essencial à defesa dos interesses nacionais do recém-independente Moçambique.

Por esta via, no III Congresso da FRELIMO, em 1977, decide-se que a imprensa deveria ser um instrumento do Partido-Estado, um instrumento da aliança operário-camponesa e do seu partido de vanguarda ao serviço da revolução. Na ocasião, Samora Moisés Machel, primeiro presidente de Moçambique independente disse:

> [...] não há terreno neutro na luta de classes [...]. A origem pequeno-burguesa da maioria dos jornalistas, a educação colonial que receberam, os métodos e conceitos de informação burguesa cuja influência transportam até hoje, constituem factores que facilitam e favorecem a acção de retorno das ideias erradas, dos hábitos velhos. [...] O jornalista deve assumir a consciência de que ocupa um posto de combatente na frente ideológica da luta das massas trabalhadoras. Deve assumir integralmente os interesses e as aspirações dos operários e camponeses. O seu modelo deve ser o operário de vanguarda. Os seus deveres correspondem aos dos membros do Partido.
>
> [...] A informação deve desempenhar um papel fundamental na criação do Homem Novo e só pode fazê-lo se os trabalhadores da informação se engajarem na sua própria transformação, assumindo ao nível das ideias, do trabalho, da vida e do comportamento, os valores novos, os valores do homem socialista. Isto significa também que o Partido deve dar uma atenção particular ao enquadramento político dos jornalistas. Neste sentido, intensificaremos a implantação das estruturas do Partido nos órgãos de informação. [...] Além disso, é necessário efectuar o enquadramento político dos jornalistas no seu conjunto, através duma estrutura própria. Uma estrutura que promova a unidade de pensamento e de acção (sic) dos jornalistas [...] (Machel, 1977 apud Chichava & Pohlmann, 2009)

Aqui se abria uma página na história da imprensa pós-independência. Uma imprensa cujos jornalistas tivessem um pensamento linear e publicassem as mesmas matérias, ou seja, expulsou-se o colono, mas o colonialismo não saiu da cabeça dos dirigentes moçambicanos e conforme asseguram Chichava e Pohlmann (2009).

> Foi neste contexto que certos jornais foram encerrados e outros nacionalizados, o mesmo acontecendo com a rádio. Neste último caso, foi criada a Rádio Moçambique (doravante única estação de rádio no país e com cobertura nacional), após o encerramento das rádios da era colonial, nomeadamente a Rádio Clube de Moçambique, a Rádio Pax e o emissor Aeroclube da Beira. De forma breve, pode-se dizer que, durante quinze anos (1975-1990), ou seja, durante a vigência do regime monopartidário, o cenário da imprensa em Moçambique foi marcado pelo controlo (sic) da imprensa pelo Partido, pela censura e autocensura. A imprensa era um instrumento do governo na busca de certos objectivos, e a liberdade de expressão e de imprensa eram vistas como meras ilusões burguesas, ameaças ao ideal socialista e revolucionário: fora do Partido -Estado, o destino da imprensa não seria a independência e a liberdade de expressão, mas o controlo por interesses capitalistas e contra-revolucionários. (Chichava & Pohlmann, 2009)

A imprensa até hoje é um instrumento do governo para atingir seus objetivos sejam eles claros ou difusos. A imprensa desde os primórdios foi usada pelos políticos como uma ferramenta adequada para manipular as massas, porém, com a aparição das plataformas digitais e a comunicação 360 graus, tem sido difícil o controle para que não se veicule as informações. A única maneira que o governo da FRELIMO faz para controlar a mídia digital é em conluio com as operadoras de telefonia que oferecem a internet, agravar as tarifas e sufocar o bolso do cidadão fazendo com que estes não entrem constantemente nas redes sociais e aliado à pobreza, fica difícil as pessoas investirem na internet quando sua primeira prioridade tem que ver com comida.

> O surgimento de veículos de comunicação privados gera uma sensação de maior liberdade de expressão. Seria uma mudança de paradigma, uma vez que durante todo o regime monopartidário a comunicação social se restringia a veículos de ordem pública e com grande controle do estado. No jornalismo, esse sentimento de liberdade é frustrado, devido ao assassinato do maior ícone do jornalismo investigativo que emergiu no país, Carlos Cardoso, morto no ano 2000, quando averiguava casos de corrupção e os motivos da morte de Samora Machel. Em relação ao *rap*, também se observou que o estado não aceitou a emergência de uma música contestatória. As músicas *País da* Marrabenta **(**GPRO FAM, 2003) e as mentiras da verdade (Azagaia, 2007) foram proibidas de serem veiculadas na emissora estatal Rádio Cidade. Ambas relatam a morte de Carlos Cardoso, enaltecem a imagem de Samora Machel e apresentam críticas sociais. Em *As mentiras da*

> *verdade*, levanta-se a suspeita até de que pessoas do governo teriam arquitetado a morte de Samora Machel. (De Mendonça Júnior, 2022, p. 3)

Para compreender sobre a liberdade de expressão e imprensa em Moçambique, precisamos refletir sobre a importância histórica dos meios de comunicação para a promoção das liberdades fundamentais em uma sociedade democrática. Ocorre que, estes mesmos meios podem ser instrumentalizados em contextos de despotismo para favorecer regimes ditatoriais.

Nessa mesma linha, Cunha (2017) afirma que o Estado domina a mídia em Moçambique, e nem os veículos privados escapam do condicionamento aos interesses da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). O governo de Moçambique, liderado pela FRELIMO desde 1975, controla e cerceia a liberdade de expressão e os meios de comunicação para manter o poder e a narrativa oficial. Isso inclui perseguições a jornalistas, restrições a publicações críticas, o jornalismo investigativo e o uso de leis que punem a divulgação de informações vistas como "prejudiciais" ao Estado. O governo bloqueia sites e controla plataformas digitais, limitando o fluxo de informações e impossibilitando a expressão de opiniões divergentes. Esse ambiente promove a polarização social e mantém um espaço público controlado, onde a oposição enfrenta desafios para se manifestar e mobilizar apoio. Por outro lado, observa-se a falta de autonomia dos jornalistas em relação aos políticos e a vulnerabilidade do sistema judiciário na investigação e responsabilização de crimes contra jornalistas. O mercado de mídia também é pouco desenvolvido, dependente de publicidade controlada por grandes empresas ligadas à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), e as audiências são limitadas, o que dificulta a sustentabilidade dos meios de comunicação por meio da venda de conteúdos.

Diante disso, Cunha (2017) declara que, em Moçambique, a censura, a autocensura e o jornalismo de partido único fazem com que sentidos subentendidos ganhem valor noticioso. Esta organização percebe a mídia

como aquela que ofusca seus negócios, despoleta seus segredos e atrapalha seus esquemas.

Censura e repressão nos últimos anos

O período de 2018 a 2023 foi marcado por uma escalada da violência contra jornalistas em Moçambique. Organizações internacionais como o Comitê para a Proteção de Jornalistas (CPJ) e Repórteres Sem Fronteiras (RSF) denunciaram vários incidentes de intimidação e ataques, com destaque para o desaparecimento e assassinato de jornalistas que investigavam questões sensíveis como corrupção e tráfico de drogas (CPJ, 2022).

Um dos casos mais emblemáticos foi o sequestro e posterior desaparecimento do jornalista Ibrahim Abu Mbaruco, em Cabo Delgado, em abril de 2020. Mbaruco havia feito reportagens críticas sobre a atuação das forças militares moçambicanas no conflito com insurgentes islâmicos. Seu caso ilustra a falta de proteção para jornalistas em áreas de conflito e o uso de intimidação por parte das autoridades para silenciar vozes dissidentes (RSF, 2021).

A Constituição de Moçambique garante formalmente a liberdade de imprensa e de expressão. No entanto, várias leis e regulamentos aprovados nos últimos anos têm restringido esses direitos. A Lei de Crimes Contra a Segurança do Estado, por exemplo, é frequentemente usada para justificar a detenção de jornalistas sob a acusação de "ameaça à segurança nacional" (Gomes, 2021). Além disso, a falta de independência do judiciário e a corrupção generalizada no sistema político agravam a vulnerabilidade dos profissionais de imprensa.

No plano internacional, Moçambique é signatário de tratados e convenções que protegem a liberdade de expressão, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) e a Carta Africana dos Direitos

Humanos e dos Povos (OUA, 1981). Entretanto, a aplicação desses instrumentos jurídicos internacionais no contexto moçambicano tem se mostrado ineficaz, o que levanta questões sobre a responsabilização de autoridades envolvidas em crimes contra jornalistas.

A censura e a repressão à imprensa têm implicações diretas para a saúde da democracia moçambicana. A ausência de uma imprensa livre impede a fiscalização efetiva das ações do governo e limita o acesso da população a informações independentes, comprometendo a transparência e a *accountability* (Melo, 2022). Além disso, o medo da repressão cria uma cultura de autocensura, na qual jornalistas evitam reportagens críticas, restringindo ainda mais o debate público.

A violência contra jornalistas também têm um impacto econômico, ao reduzir a confiança de investidores estrangeiros e organizações internacionais, que dependem de informações claras e confiáveis sobre a situação no país. Como resultado, a censura em Moçambique não apenas afeta a liberdade de expressão, mas também tem consequências econômicas significativas (Santos, 2023).

Apesar das adversidades, muitos jornalistas moçambicanos continuam a resistir à censura. Organizações locais e internacionais têm oferecido apoio, fornecendo treinamento em segurança digital e física, além de advocacia em fóruns internacionais (RSF, 2021). O uso de plataformas digitais e redes sociais também tem permitido a divulgação de informações de forma mais segura e descentralizada, embora os riscos persistam, especialmente com o aumento da vigilância digital.

Outra estratégia importante tem sido a criação de redes de solidariedade entre jornalistas tanto no país como em outros países africanos, para a troca experiência e discorrer mecanismos de proteção. Essas redes têm se mostrado cruciais para manter uma imprensa crítica ativa, mesmo em contextos de repressão (Gomes, 2021).

A Soico TV (2024) traz dados que nos dão uma visão da situação em Moçambique, conforme o registro oficial de jornalistas, porém, há casos de ataques a ativistas não registrados em algumas partes do País. Nisso, em 2019, segundo a Soico TV, [...] "mais de 20 casos de violação a jornalistas foram registrados seguida também de roubo de equipamento e torturas físicas e psicológicas. No ano de 2020, mais de 33 casos de violação da lei de imprensa'". No mesmo ano (2020), [...] "invadiram e atearam fogo as instalações dos escritórios do canal de Moçambique por indivíduos desconhecidos'" que até então, estão soltos sem que a polícia tenha pistas.

Quadro 1: Episódios de violência contra jornalistas em Moçambique

Data	*Situação*
2020	Afonso Chave e Sebastião Ngomane foram agredidos em pleno exercício das suas funções.
2021	Quatro jornalistas foram agredidos em Nampula (NPL) pela Polícia da Republica de Moçambique (PRM), em pleno exercício das suas funções.
2021	Amade Abubacar foi detido no ofício de imprensa por 108 dias. Germano Adriano detido por 63 dias acusado de violar o segredo do estado; Matias Guente, agredido e torturado; Ibraimo Mbaruco da rádio e televisão Palma sumiu e nunca mais foi visto e a PRM sem pistas para o escriba, também Isitine Achar é detido quando reportava sobre o terrorismo em Cabo Delgado.
2021 (set)	Sete jornalistas foram agredidos e detidos em NPL pelos agentes da PRM. Em Junho de 2022, na província de Inhambane, mais jornalistas do magazine independente foram intimidados.
2022 (ago)	Jornalistas da Tua TV, foram agredidos por Agentes da Polícia de Investigação Criminal (PIC) em pleno exercício das suas funções.
2022 (nov)	O jornalista Arlindo Chissale da Pinnacle News, foi detido pela PRM acusado de ilícito de funções tituladas.

Fonte: Elaboração dos autores a partir de informações de Soico TV (2024a)

Enumeram-se acima (Quadro 1) um conjunto de situações citadas no vídeo (SOICO TV, 2024a), nos quais jornalistas viveram situações desumanas provocadas por aqueles que os deviam proteger e garantir sua segurança.

Análise das reportagens

A Soico Televisão (STV) está entre as três principais emissoras de alcance nacional em Moçambique (ao lado da TVM e da TV Miramar), e pertence ao Grupo Soico (Sociedade Independente de Comunicação. O grupo se intitula como o maior grupo de comunicação privada em Moçambique e atua nos segmentos de televisão, jornal, rádio e mídia digital, além de organizar eventos e conferências (Soico, 2024).

A STV, uma emissora privada fundada em 2002, opera em canal aberto e abrange todas as províncias do país. Fundada em 2002, a STV transmite 24 horas por dia, sendo um dos canais mais assistidos no país, com programação voltada à informação e ao entretenimento. Através do canal STV Notícias, a emissora também alcança uma audiência internacional, abrangendo telespectadores em Angola e Portugal (Varela, 2022).

Mais de cem jornalistas foram agredidos nos últimos seis anos

O primeiro vídeo analisado relata que, nos últimos seis anos, foram registrados mais de uma centena de casos de agressões a jornalistas no país. A descrição do vídeo no Youtube informa: "Isso fez com que Moçambique caísse da centésima segunda para a centésima quinta posição em 2023, no ranking do Índice De Liberdade De Imprensa, da organização não governamental Repórter Sem Fronteiras, num total de 180 países analisados" (SOICO TV, 2024a).

A reportagem televisiva, com duração de onze minutos e vinte e cinco segundos, mostra o quanto difícil os em Moçambique jornalistas exercerem suas funções. As agressões e detenções relatadas ali no vídeo, a jornalistas moçambicanos, é o reflexo da intolerância política e preocupa sobremaneira colocando em causa a liberdade de imprensa e dos direitos humanos no país. Estes ataques mostram claramente uma tentativa de silenciar vozes críticas e reprimir o acesso a informações independentes, especialmente em períodos politicamente sensíveis, como eleições ou manifestações. Esse panorama, cria um ambiente de medo, comprometendo a transparência e prejudicando a jovem democracia no país, porque entende-se que a liberdade de imprensa é imprescindível para que os cidadãos possam ser bem informados e exercer seus direitos de forma plena e sem medo.

O vídeo não só nos mostra a censura no seu nível mais assustador, como também o comprometimento do compromisso do jornalista com a verdade e sendo assim, as pessoas receberão informações rasas e com qualidade duvidosa. O estado sendo o garante da segurança, ao se comportar desse jeito, mostra inequivocadamente sua incapacidade de se lidar com o diferente e que sua forma de gerir os cidadãos é ao menos suspeita.

A frase célebre do jornalista Carlos Cardoso que abre a reportagem em causa, "é proibido pôr algemas nas palavras" (Soico TV, 2024a), indica que o pensamento humano e as expressões veiculadas são essencialmente livres e não podem ser controlados ou suprimidas em hipótese alguma. Como o nosso artigo tem um olhar crítico sobre o assunto em epígrafe, sob ponto de vista crítico, a ideia de não "pôr algema nas palavras" reflete a resistência contra a censura ou arbitrariedade. Mesmo em contextos onde há autoritarismo político, social ou cultural, o desejo, a disposição ou a vontade humana para comunicar, criar e se expressar encontra maneiras de escapar dessas "algemas" embora isso não seja tão fácil quanto parece.

Entretanto, a realidade nem sempre vislumbra essa idealização, esse endeusamento. Sempre há mecanismos de controle que podem, de fato, "algemar" as palavras, seja por censura explícita, vigilância, intimidação ou autocensura. Governos autoritários, totalitários, déspotas por exemplo: criam e implementam leis cerceadas que punem severamente quem se expressa contra o regime, enquanto contextos sociais podem criar ambientes de medo onde as pessoas evitam falar, relegando assim seus direitos de cidadão. E é o que vemos no vídeo.

Sem embargo disso, a frase "não algemar as palavras" aponta para a resiliência e firmeza das palavras. Mesmo diante de barreiras e limitações, as ideias, a vontade de informar e os discursos, podem encontrar novos canais de manifestação, como na literatura clandestina, em metáforas, no uso de linguagem codificada ou nas artes. A palavra é poderosa justamente porque pode transpor linhas ou marcos e resistir à tentativa de controle total.

Câmara da STV de volta e com imagens reveladoras

O segundo vídeo, intitulado "Câmera da stv volta com imagens reveladoras" (SOICO TV, 2024b), trata-se de uma reportagem de 10 minutos e cinquenta e seis segundos, que relata a manifestação de cidadãos insatisfeitos com os serviços públicos moçambicanos.

A atitude demonstrada pelos agentes da polícia no vídeo do link acima, mostra clara e irrefragável a censura à liberdade de imprensa em Moçambique que tem sido um tema de grande preocupação, com especial enfoque em um contexto onde o jornalismo investigativo livre e a cobertura crítica enfrentam obstáculos imensuráveis. A reportagem é um exemplo concreto de como jornalistas e veículos de comunicação que tentam expor situações delicadas, como abusos de poder, corrupção, violência ou agressão, podem ser sujeitos à censura, assédio, intimidação ou até morte.

Em Moçambique, como é o nosso epicentro de análise, a censura é constantemente ou avidamente imposta de forma indireta, velada, discreta, através de pressões econômicas, intimidação física ou ameaças judiciais, que resulta em autocensura, limitando assim a capacidade dos jornalistas realizarem seus trabalhos de forma livre e crítica. Isto é acentuado ou intensificado em tempos de tensões políticas, como é o caso dos períodos eleitorais, ou em regiões de conflitos, como no norte do país especialmente em Cabo Delgado, onde a insurgência de grupos armados e as operações militares tornam a cobertura jornalística extremamente sensível e quase que inimiga (Figura 1).

Figura 1: Mão de um agente da polícia da república de Moçambique fechando a lente da câmera do cinegrafista da STV para impedir a captura de imagem

Fonte: captura de tela Soico TV (2024b).

"A volta da câmera com imagens reveladoras", sugere uma tentativa corajosa de expor realidades que, de outra forma, seriam suprimidas e a insistência dos jornalistas em exigir a volta da câmera, é um ato heroico se não um enfrentamento ao regime de forma corajosa. O grupo Soico TV, sendo um dos principais veículos de comunicação em Moçambique, ocupa ou exerce um papel fundamental na disseminação de informações que frequentemente desafiam as narrativas oficiais. Todavia, esta coragem pode vir com um alto custo para os jornalistas deste canal e

os demais de outros. É comum em Moçambique o uso de leis de "difamação ou segurança do Estado" para silenciar vozes dissidentes, uma prática que desincentiva o jornalismo investigativo e crítico, ou seja, o estado recorre a termos para incriminar os jornalistas com objetivo de diminuir seu espaço de atuação. Quanto mais jornalistas forem intimados, melhor para o regime.

A maior crítica à censura em Moçambique não só se limita à declinação ou corte direta de conteúdo, mas, e como também ao clima de medo, retaliação ou represália que persegue jornalistas e órgãos de imprensa. Simultaneamente que, existe uma expectativa florescente por parte da sociedade civil de que o jornalismo moçambicano cumpra seu papel de vigiar o poder e de expor irregularidades. Essa tensão entre a necessidade de transparência e a imposição de censura é um campo de batalha constante e assustador.

Portanto, essa reportagem veiculada pelo grupo Soico TV, deve ser entendida em um contexto mais amplo de restrições às liberdades democráticas e de expressão embora o artigo 48 da constituição da república enfatize a liberdade de expressão e de imprensa. A "volta de imagens reveladoras" pode representar tanto um ato de resistência e resiliência contra a censura das informações quanto um aide-mémoire[3] das dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam desafiar ou bafejar o status quo. Em última análise, o desenvolvimento ou ascensão de um ambiente onde a liberdade de imprensa seja respeitada e incentivada é crucial para o fortalecimento democrático do país.

Assim, com esta prática de perseguir, intimidar os jornalistas, intimar, ameaçar, saquear material de trabalho, forjar leis para limitar o espaço de atuação, Moçambique entra no ranking de um país mais violento para com os seus escribas e obriga o jornalismo a reduzir sua

[3] Significa pró-memória ou lembrete

força atuante e relegue sua responsabilidade. E os jornalistas apenas farão jornalismo de karakatismo[4] aquele cujo foco se alicerça na comida, por um lado fugindo da repressão e por outro, as imposições econômicas que o país enfrenta.

Figura 2: Jornalista agredido em leito hospitalar

Fonte: captura de tela Soico TV (2024a).

Figura 3: Jornalista sofre agressão de um grupo de mesários eleitorais

Fonte: captura de tela Soico TV (2024a).

[4] Karakata é um tipo de comida feita à base de farinha de mandioca muito consumida no norte de Moçambique. De acordo com o jargão popular, o jornalismo karakatista é aquele feito apenas para sobreviver e os jornalistas vão aliciando as pessoas para veicularem informações depois de serem pagos. Logo, o karakatismo é uma teoria que denota o gesto de procurar comida para sobreviver por meio do jornalismo.

As imagens da STV mostram vários episódios de perseguição a jornalistas, como a imagem de um jornalista agredido violentamente e em leito hospitalar sendo atendido pelos profissionais de saúde (Figura 2), a imagem de outro sendo apertado por um grupo de mesários nas eleições autárquicas em Maputo (Figura 3), e o dono de um dos locais de comércio em Maputo agredindo fisicamente um jornalista em exercício de sua missão (Soico TV, 2024a).

O Futuro do Jornalismo em Moçambique

Com a censura institucionalizada e o aumento da autocensura, o futuro do jornalismo em Moçambique pode seguir dois caminhos principais:

A primeira possibilidade é que a repressão continue a se intensificar, levando a uma maior concentração dos meios de comunicação nas mãos de interesses ligados ao governo ou a elites empresariais. Este cenário limitaria ainda mais o espaço para um jornalismo investigativo e crítico, reduzindo a diversidade de opiniões disponíveis ao público. Os jornalistas seriam forçados a adaptar suas práticas para evitar represálias, limitando a cobertura de temas sensíveis, como corrupção, conflitos armados e crises políticas.

Outra possibilidade é o fortalecimento de novas formas de jornalismo, especialmente em plataformas digitais e redes sociais. Em muitos países onde a imprensa tradicional é sufocada pela censura, os meios digitais têm surgido como alternativas. O jornalismo online oferece maior anonimato e possibilidades de divulgação sem as restrições das mídias convencionais. Entretanto, o acesso limitado à internet e o controle do governo sobre redes de telecomunicações podem dificultar essa expansão.

Jornalistas independentes têm usado as redes sociais para compartilhar informações e para se conectar com audiências mais amplas, muitas vezes evitando os filtros da mídia tradicional. A criação de novos

veículos online e iniciativas de jornalismo cidadão também podem contribuir para a manutenção da diversidade de vozes e pontos de vista.

Organizações internacionais e ONGs, como a Comitê para Proteção dos Jornalistas (CPJ) e a Freedom House, têm desempenhado um papel fundamental no suporte aos jornalistas moçambicanos, oferecendo materiais para a proteção de jornalistas, além de iniciativas de advocacia. No futuro, a parceria entre jornalistas locais (no caso moçambicanos) e internacionais pode se tornar uma estratégia indispensável para discorrer violações de direitos humanos e a corrupção, oferecendo uma cobertura mais abrangente e segura, além de atrair atenção global para os desafios enfrentados no país como um todo.

Considerações Finais

O futuro do jornalismo em Moçambique dependerá da capacidade de resistir às pressões da censura e de se adaptar às novas dinâmicas impostas pela repressão estatal. Se por um lado há um caminho para o aumento da censura e controle sobre a mídia, por outro, existem alternativas que podem fortalecer a resistência e a busca pela verdade. A inovação tecnológica, o uso de plataformas digitais e a internacionalização das pautas jornalísticas podem ser as ferramentas chave para a sobrevivência do jornalismo independente no país.

A repressão à liberdade de imprensa em Moçambique nos últimos seis anos é um reflexo das fragilidades democráticas e da deterioração do ambiente político no país. A violência contra jornalistas e o uso de legislação repressiva são sintomas de um sistema político que busca controlar a narrativa pública, limitando o papel fundamental da imprensa na promoção da transparência e da democracia. Embora haja resistência, é necessário um esforço conjunto, tanto a nível nacional quanto internacional, para garantir a

proteção dos jornalistas e restaurar a liberdade de expressão em Moçambique.

Essas duas reportagens, revelam um cenário crítico e aguerrido em Moçambique não só para os jornalistas, como também para todos os moçambicanos. É uma mensagem emitida pelo governo de que ninguém deve falar e as palavras devem ser algemadas.

Referências

CASTELO, José. **História da Imprensa em Moçambique**: Do Colonialismo à Democracia. Maputo: Editorial Moçambique, 2019.

CHICHAVA, Sérgio. POHLMANN, Jonas. Uma breve análise da imprensa moçambicana. In.: BRITO, Luís; CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno; CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, António. **Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2009. p. 127-139.

CPJ. Mozambique: Journalist Ibraimo Abu Mbaruco Missing Since April 7. **Committee to Protect Journalists**, 2022. Disponível em: https://cpj.org. Acesso em: 16 Set. 2024.

COMITÊ para Proteção dos Jornalistas (CPJ). "Ataques à Imprensa em Moçambique". Disponível em: cpj.org

DE MENDONÇA JÚNIOR, Francisco Carlos Guerra. "O Carlos teve azar, foi o primeiro da lista": reflexões sobre a repressão em Moçambique a partir da relação entre mídia e rap. **Galáxia**, São Paulo, v. 47, 2022, pp.1-21. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1982-2553202254436. Acesso em: 10 dez. 2024.

FREEDOM House. **Freedom in the World 2023**. Disponível em: https://freedomhouse.org/country/mozambique/freedom-world/2023. Acesso em: 10 dez. 2024.

GOMES, Marta. **Legislação e Censura**: A Situação da Imprensa em Moçambique. Revista de Direito e Sociedade, v. 12, n. 2, p. 45-59, 2021.

MELO, Ricardo. **Democracia e Imprensa**: O Papel do Jornalismo na Transparência Governamental em Moçambique. Revista Moçambicana de Estudos Políticos, v. 8, n. 1, p. 15-30, 2022.

MENDES, Alfredo. **O Impacto da Censura no Jornalismo Moçambicano**: Uma Análise Contemporânea. Maputo: Universidade de Maputo, 2020.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República de Moçambique**. Maputo: Imprensa Nacional, 2004.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Organização das Nações Unidas, 1948.

OUA. **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos**. Organização da Unidade Africana, 1981.

RSF. **Relatório Anual sobre a Liberdade de Imprensa em Moçambique**. Repórteres Sem Fronteiras, 2021.

REPÓRTERES Sem Fronteiras (RSF). "Ranking Mundial da Liberdade de Imprensa 2023". Disponível em: rsf.org

SANTOS, Laura. Censura e Economia: Impactos da Repressão à Imprensa no Investimento Estrangeiro em Moçambique. **Revista de Economia e Política Africana**, v. 10, n. 3, p. 101-115, 2023.

SILVA, João. **Liberdade de Imprensa e Democracia***:* Teorias e Desafios Contemporâneos. Lisboa: Edições Almedina, 2021.

SOICO, 2024. Sobre nós. **Site do Grupo Soico**. Disponível em: https://soico.co.mz/#valores. Acesso em: 30 set. 2024.

SOICO TV. Câmara da STV de volta e com imagens reveladoras. **Canal no Youtube da Soico Televisão (STV)***.* 13 de jun. de 2024, 2024a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8hjrm_A8h3c. Acesso em: 30 set. 2024.

SOICO TV. Mais de 100 jornalistas foram agredidos nos últimos seis anos - STV. **Canal no Youtube da Soico Televisão (STV).** 14 de jun. de 2024, 2024b. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=foGWq0iqFMw. Acesso em 30 set. 2024.

VARELA, Ulysses. **Midiatização de ciência***:* a complexidade da abordagem de CT&I na cobertura telejornalística no Brasil e em Moçambique. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Santa Maria:

Universidade Federal de Santa Maria, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/25744. Acesso em: 30 set. 2024.